



RESENHA

ROSAR, Orlando Oscar. **Aspectos estruturais e históricos do regime de metas de inflação: a experiência brasileira no período de 1999-2018**. Marília: Lutas Anticapital, 2024, 389 p.

Valéria Ferreira Santos de Almada Lima¹

DOI: <https://doi.org/10.18764/2178-2865v29n2.2025.42>

Orlando Oscar Rosar migrou de Florianópolis – SC, onde concluiu sua Graduação em Economia na Universidade Federal de Santa Catarina, para a Paraíba, onde realizou seu Mestrado em Economia, na Universidade Federal de Campina Grande. cursou seu Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, no qual defendeu, em 2024, a tese de mesmo título que deu origem a este livro, valendo ressaltar que a referida tese figurou entre as duas laureadas com Menção Honrosa no “Prêmio Capes de Tese”, Edição 2025, na área de Serviço Social. O autor atuou, entre 1992 e 2024, como docente do então Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão, tendo se aposentado como Professor Associado I.

A obra objeto da presente resenha se destaca pela originalidade da abordagem da temática, pela profundidade das reflexões apresentadas no decorrer do texto e pelas contribuições teóricas ao desenvolvimento de estudos e debates direcionados à construção de projetos societários pautados em princípios democráticos, éticos, igualitários e humanitários.

De fato, assentada em rigorosa pesquisa bibliográfica, robusta análise de dados secundários e densa exposição, a reflexão desenvolvida ao longo do livro traz ao debate acadêmico uma crítica contundente ao Regime de Metas de Inflação (RMI), implementado no Brasil a partir de 1999, no contexto do processo de ajuste estrutural, imposto à periferia do sistema capitalista pelos organismos multilaterais, principalmente o Fundo Monetário Internacional (FMI).

O autor, então, põe em relevo os determinantes histórico-estruturais da adoção do RMI em diferentes conjunturas da economia brasileira, independentemente da orientação político-ideológica

¹ Economista. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professora Titular do Curso de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: valeria.almada@ufma.br.

dos sucessivos governos do período enfocado. Assim sendo, vincula a imposição de tal política macroeconômica ao atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, sob a dominância financeira, que põe em xeque a autonomia dos Estados Nacionais no que tange à gestão da Política Macroeconômica e da Política Social, com impactos deletérios em um cenário regressivo de direitos e de conquistas civilizatórias nos diferentes âmbitos da vida social. Dessa forma, destaca a historicidade do processo de constituição das condicionalidades da economia brasileira desde a desaceleração do crescimento econômico, a partir de meados da década de 1970, até a ruptura com o Modelo de Substituição de Importações, que produziu a reprimarização da pauta de exportações e a crescente sustentação e valorização da riqueza financeira mantidas pelo fundo público, a partir da operacionalização da política monetária.

O RMI é entendido pelo autor como um mecanismo inscrito na totalidade da lógica de funcionamento da economia capitalista contemporânea, inserida no sistema global. Assim sendo, a obra busca identificar suas contradições e seus impactos políticos, econômicos e sociais na particularidade da sociedade brasileira no período delimitado, em um quadro de permanente restrição monetária e fiscal. Isso é evidenciado mediante uma rica análise de dados secundários referentes à experiência brasileira no período definido para o desenvolvimento da pesquisa, com destaque a indicadores de gasto em relação ao PIB e ao total do dispêndio. A análise dos dados possibilita explicitar o reduzido grau de autonomia dos condutores da política econômica para a execução de medidas que pudessem levar o País ao crescimento econômico com algum grau de inclusão social, por meio de políticas públicas para o atendimento de necessidades básicas e fundamentais: emprego, educação, saúde, previdência e assistência social, além de infraestrutura econômica que permitisse a redução da desigualdade.

Esse quadro, na visão do autor, reflete, do ponto de vista empírico, a materialização do novo consenso macroeconômico, subordinando a política fiscal à política monetária. Segundo ele, coube à primeira produzir os recursos necessários à manutenção da relação dívida/PIB, qualquer que fosse a taxa de juros. Por outro lado, a execução da segunda manteve patamar elevado de taxas de juros, justificado oficialmente como necessário ao controle da inflação, tida pela ortodoxia neoclássica como inflação de demanda.

A análise sobre a dinâmica imposta pelo RMI expôs os fundamentos da política econômica ortodoxa, a crítica keynesiana e regulacionista e a contraposição marxista, com o objetivo de elucidar o processo de avanço da financeirização, não como uma anomalia do desenvolvimento capitalista, mas, sobretudo, como parte integrante da totalidade do processo histórico de acumulação do capital. Para consubstanciar essa crítica contundente, o autor brinda os leitores com uma didática

exposição dos fundamentos teóricos do RMI pautados na ortodoxia neoclássica, estabelecendo o contraponto heterodoxo, a partir da teoria de Keynes. A utilidade dessa análise extrapola os profissionais e estudantes de economia, na medida em que adota uma linguagem acessível também ao público não economista.

Feito o contraponto entre a ortodoxia neoclássica e a heterodoxia keynesiana e regulacionista, nos marcos da ordem capitalista, o autor, sendo alinhado à vertente do materialismo histórico-dialético de Marx, longe de se conformar com a perspectiva reformista de Keynes, se posiciona veementemente a favor da “necessidade histórica de superar a contradição entre capital e trabalho e conter o processo de destruição do homem e da natureza a partir da superação da ordem burguesa “em direção ao socialismo”.

A contribuição original do trabalho reside no fato de fornecer, a partir de uma linguagem clara e acessível, os fundamentos econômicos e as determinações histórico-estruturais do contexto de permanente ajuste fiscal, no qual se desenvolvem as políticas públicas, sobretudo as de corte social, na contemporaneidade da sociedade brasileira, já historicamente marcada por profundas desigualdades sociais e negação de direitos a uma parcela não desprezível da sua população.

A obra se mostra relevante para o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, social e de inovação por dois elementos principais que podem subsidiar estudos e movimentos da sociedade: pelo diálogo profícuo que o autor desenvolve com diferentes correntes do pensamento econômico, tendo como horizonte a ideia da emancipação humana a partir da necessidade histórica de superação da ordem burguesa; pela interpretação do atual estágio de desenvolvimento capitalista sob a dominância da financeirização, com reflexos negativos nos direitos da classe trabalhadora historicamente conquistados, na preservação da natureza, nas decisões dos Estados-Nação e na quantidade e qualidade das políticas públicas implementadas.

Do ponto de vista metodológico, a apreensão, análise e interpretação do objeto de estudo se apoia fielmente no materialismo histórico-dialético, trazendo presentes as categorias da totalidade, historicidade e contradição, a unidade entre teoria e práxis e o compromisso com a transformação social. As evidências empíricas que sustentam a tese defendida pelo autor se consubstanciam em uma riqueza de indicadores socioeconômicos, expostos em gráficos e tabelas, sendo tais dados não apenas descritos, mas analisados e interpretados a luz do referencial teórico-metodológico adotado para o desenvolvimento da pesquisa. Assim sendo, a obra se constitui em uma importante fonte de pesquisa a subsidiar outros estudos no campo das políticas públicas, não apenas os relacionados diretamente à temática em foco, trazendo também uma contribuição para além do âmbito acadêmico, mas para a formulação, implementação e controle social de políticas públicas.

Em termos da qualidade da redação, o conteúdo do texto é denso e profundo, sendo, contudo, de leitura prazerosa e instigante. Possui excelente qualidade linguística, apresentando clareza, correção e cuidado no uso das palavras, o que torna o texto elegante e, ao mesmo tempo, de fácil entendimento dos argumentos sustentados, demonstrando uma boa organização das ideias e do conteúdo. Ademais, a obra apresenta coerência e rigor metodológicos na dinâmica expositiva, demonstrando muito bom nível de encadeamento na apresentação do conteúdo, através da seguinte estruturação dos seus capítulos componentes:

Na Introdução, o autor apresenta uma clara delimitação do objeto de estudo, explicitando os objetivos da obra, os pressupostos teórico-metodológicos em que se fundamenta, as principais fontes de pesquisa de dados secundários e a estrutura da exposição.

O Capítulo II - Elementos do Contexto Histórico do Período 1990-1998 – “está dividido em três tópicos, nos quais são abordados os antecedentes do Plano de Estabilização Econômica; a construção do Plano sustentado na âncora cambial; o lançamento da nova moeda com ancoragem semifixa ao dólar americano, cujos efeitos ainda repercutem na atualidade do contexto socioeconômico do País”.

O Capítulo III - Da Âncora Cambial à Âncora Fiscal: o regime de metas de inflação - desenvolve “uma análise do processo de transição da âncora cambial para a âncora fiscal e a consequente implementação do RMI, no contexto das sucessivas crises de liquidez ocorridas em países emergentes, a exemplo, da Coréia do Sul, Rússia e, finalmente, do Brasil, no qual o esgotamento de ativos privatizáveis, bem como a transferência do controle de capital de empresas, predominantemente nacionais para o capital estrangeiro obrigaram a mudança da âncora nominal. Para tanto, este capítulo “está dividido em três tópicos: o processo de construção da nova âncora (RMI); a concepção e o conteúdo do RMI; os impactos da adoção da nova âncora, que obrigou a produção de resultado primário superavitário”.

O Capítulo IV - Alternância de Poder e Continuidade da Política Econômica: 2003-2006 “aborda aspectos da política econômica do período que abrange o final do governo FHC e, principalmente, do primeiro mandato do governo Lula. Nesse período, em que ocorreu a alternância de poder, verifica que as principais medidas de política econômica caminharam no sentido da manutenção e do aprofundamento da política de austeridade até então em curso. A análise desse quadriênio está organizada em três tópicos que explicitam: a redução da vulnerabilidade externa e a manutenção da política contracionista; a fidelidade à política ortodoxa; a dinâmica dos gastos públicos”.

O Capítulo V - Redução das Metas Fiscais sem Abandono da Ortodoxia: o segundo governo Lula (2007 – 2010) - trata “da análise da política econômica do segundo governo Lula, quando

foram implementadas tênues mudanças na política fiscal, acionados mecanismos de crédito subsidiado e redução de tributos para setores considerados prioritários contidos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O capítulo está dividido em três tópicos, nos quais são abordados: mudanças tímidas preservando os fundamentos da matriz ortodoxa; o enfrentamento da crise financeira internacional; evolução dos gastos e indicadores sociais”.

O Capítulo VI - Governos Dilma e Temer: crescimento, austeridade, recessão e golpe de Estado (2011 - 2018) – “analisa a política econômica executada nos governos Dilma-Temer, destacando seus efeitos contraditórios sobre o produto, emprego e renda, que comprometeram o desenvolvimento econômico e social no período 2011-2018 e lançaram o País numa trajetória de crescimento negativo por dois anos consecutivos, em meio a uma crise política profunda, de difícil superação. O conteúdo está organizado em seis tópicos: o primeiro compreende as contradições da política econômica do primeiro governo Dilma; o segundo está focado na crise fiscal e retração do investimento decorrente da política de incentivos fiscais e baixo crescimento do produto; o terceiro trata da crise econômica em consequência da manutenção do receituário ortodoxo, decorrente da política fiscal restritiva e da manutenção da política monetária contracionista; o quarto, discorre sobre o novo regime fiscal, com o aprofundamento da austeridade mediante a adoção do teto de gastos; o quinto analisa o comportamento das despesas entre 2011-2018, que refletiu a política de austeridade e seu aprofundamento; o último tópico apresenta a trajetória dos principais indicadores sociais no período, analisando a tendência de queda, sobretudo a partir de 2016 até o final do governo Temer”.

O Capítulo VII - Contraponto Heterodoxo ao *Mainstream* e a Crítica Marxista ao RMI como parte do Processo de Acumulação Capitalista – “trata das abordagens da vertente heterodoxa e da crítica marxista, na perspectiva de explicitar a contribuição de cada uma dessas abordagens que apresentam argumentos, no sentido de reafirmar, ou de refutar os fundamentos econômicos e políticos do regime de metas de inflação em vigor no Brasil, desde o segundo semestre de 1999. O capítulo está organizado em dois itens com suas subdivisões. O primeiro item apresenta e analisa a abordagem macroeconômica heterodoxa, contemplando: abordagem de Keynes sobre a política fiscal; fontes de financiamento do gasto público na teoria keynesiana. O segundo item, desenvolve a crítica de Marx ao processo de acumulação capitalista, do qual participa efetivamente o RMI. O conteúdo está dividido em: regulação pela lei do valor, queda da taxa de lucro e suas contratendências; dívida pública e capital fictício; associação inelutável entre Estado e capital”.

A Conclusão traz uma didática síntese dos resultados da pesquisa e uma contundente reafirmação dos argumentos teóricos e empíricos que dão sustentação à tese defendida pelo autor, que pode ser assim reproduzida: a vertente ortodoxa da teoria econômica, na qual se fundamenta o RMI, tem como objetivo primordial assegurar o processo de reprodução do capital, concentrando-se,

para tanto, "nos meios e recursos necessários para a sustentação e continuidade do modo de produção capitalista, com a expansão das taxas de lucro e a apropriação privada da riqueza social". Por outro lado, a abordagem heterodoxa, embora contemple a crítica às políticas excludentes de cunho neoliberal nesta etapa contemporânea do capitalismo, dentre estas o RMI, "permanece no nível das manifestações das crises, sem, contudo, abordar suas causas estruturais". "Portanto, seu compromisso, em última instância, busca a *harmonização* do funcionamento da ordem do capital cuidando de livrar o capitalismo de seus próprios excessos". Isso posto, o cerne da tese defendida pelo autor reside em reafirmar que somente a análise da realidade empírica à luz da abordagem marxista permite desvelar a essência do RMI qual seja: "A austeridade efetivamente não é um mecanismo utilizado para conter a inflação e atingir o equilíbrio orçamentário. O controle da demanda agregada, propugnado pelas políticas de austeridade, não tem como fim último a estabilização econômica, porém a criação das condições adequadas para a expansão e manutenção da riqueza sob a forma do rentismo" às custas da ampliação do grau de exploração da força de trabalho. Daí conclui, então, o autor, coerentemente com o referencial teórico-metodológico em que se fundamenta o estudo: "(...) somente o enfrentamento das questões estruturais profundas pela luta de classes pode criar perspectivas de superação do processo destrutivo da espécie humana e da natureza, sem a qual a humanidade perecerá".

Por fim, cumpre aqui salientar que a maior inovação da obra reside exatamente no fato de abordar um tema aparentemente árido e hermético, restrito ao campo da teoria macroeconômica, a partir de uma perspectiva que dialoga com outras áreas do conhecimento no âmbito das ciências sociais aplicadas, especialmente no campo das políticas públicas. Isto porque fornece o substrato econômico e histórico-estrutural indispensável para se compreender os determinantes das diversas expressões da questão social na contemporaneidade e dos constrangimentos impostos ao seu enfrentamento mediante a formulação e implementação de políticas públicas nos marcos da sociabilidade capitalista em seu atual estágio de desenvolvimento. Ademais, pela riqueza dos dados apresentados e interpretados à luz do referencial teórico e metodológico em que se fundamenta, a obra se constitui em uma importante fonte de pesquisa para outros estudos que extrapolem o campo específico da ciência econômica. Por último, mas não menos importante, a clareza e a forma didática da exposição tornam a leitura agradável e acessível a estudantes, pesquisadores e profissionais da grande área das Ciências Sociais Aplicadas.